

REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

No dia 28 de Fevereiro do presente ano de 2017, o jornal “Público” (difundido noutros meios de comunicação) avançou com uma notícia perturbadora relativa ao abate a um número indeterminado de sobreiros no Concelho da Azambuja, realizado sem obedecer ao estrito e escrupuloso cumprimento dos trâmites legais relativos a esta matéria.

(disponível em <https://www.publico.pt/2017/02/28/local/noticia/sobreiros-caem-por-terra-para-dar-lugar-a-olival-intensivo-na-azambuja-1763435>)

Segundo a notícia em apreço, numa primeira fase foram abatidos vários sobreiros, sem a devida observância dos respectivos imperativos legais.

Aparentemente, o supra mencionado abate ilegal passou a regra, tendo despoletado um projecto de aniquilamento absoluto dos sobreiros neste terreno.

Neste caso, é o Presidente da Junta de Freguesia de Alcoentre que vem levantar a questão/preocupação face a esta problemática de “normalização” de abate generalizado dos sobreiros nesta zona geográfica, referindo inclusivamente que “em 2015, já tinha tido lugar, no mesmo local, um corte de grandes dimensões para plantio de oliveiras” (sublinhado nosso).

O coordenador do grupo de trabalho de florestas da Quercus, deslocou-se ao terreno em meados de Janeiro, confirmando “o abate de sobreiros dispersos, mas também num povoamento, sem que existisse autorização para a conversão do mesmo”, tendo por consequência, efectivado uma participação da ocorrência ao Serviço de Protecção da Natureza e do Ambiente (SEPNA) da GNR e ao ICNF, solicitando esclarecimentos.

Considerando todo o exposto, vislumbra-se um preocupante incumprimento da legislação plasmada no ordenamento jurídico nacional concernente esta matéria.

Assim, ao abrigo do disposto na alínea e) do artigo 156.º da Constituição da República Portuguesa e da alínea e) do n.º 1 do artigo 4.º do Regimento da Assembleia da República, vem o signatário, por intermédio de Vossa Excelência, nos termos e fundamentos que antecedem, solicitar as seguintes informações ao Agricultura, Floresta e Desenvolvimento Rural:

1. Tem conhecimento desta situação?
2. Foram ou não abatidos sobreiros de forma ilegal?

3. Existem prevaricadores identificados?
4. Se sim, foram aplicadas contra-ordenações aos mesmos?
5. O abate de sobreiros vai continuar nesta zona geográfica até ao pleno aniquilamento destes?

Palácio de São Bento, sexta-feira, 24 de Março de 2017

Deputado(a)s

ANDRÉ SILVA(PAN)